

MAPFRE Vida S.A.

CNPJ: 54.484.753/0001-49



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, Parecer dos Atuários Independentes e do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, referentes às atividades da MAPFRE Vida S.A. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto aos pronunciamentos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que visam a harmonização das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade prescritas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações posteriores, que entraram em vigor a partir da data de sua publicação.

A MAPFRE Vida S.A. atua no segmento de seguros de pessoas, com concentração em seguros coletivos e participa no seguro do Convênio DPVAT da Seguradora Líder.

Reformulação societária

Em 30 de junho de 2011, a parceria entre o Banco do Brasil S.A., por meio de sua subsidiária integral BB Seguros Participações S.A., e GRUPO MAPFRE, por meio de sua subsidiária integral MAPFRE Brasil Participações S.A., foi concretizada dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL e MAPFRE que a partir de 30 de

novembro de 2018 teve sua reformulação por meio do Acordo de Reestruturação da Parceria.

A Nova Parceria apresenta-se por meio da BB MAPFRE SH1 Participações S.A. e das Seguradoras Aliança do Brasil Seguros S.A. e Companhia de Seguros Aliança do Brasil exclusivamente com relação aos ramos de atividade de seguros de vida, prestamista, vida produtor rural, habitacional, agrícola, penhor rural, residencial, empresarial, massificados e o *run-off* do seguro de grandes riscos (comercializados até a data da reformulação da parceria pela Aliança do Brasil Seguros S.A.).

Em continuidade, sob a carta homologatória eletrônica SUSEP nº 18 de 06 de novembro de 2018, foi deferida a transferência do controle acionário indireto e a ingerência efetiva dos negócios da MAPFRE Vida S.A. para MAPFRE S.A., sociedade constituída e organizada pelas Leis da Espanha.

Prêmios emitidos

No exercício, a Seguradora apresentou R\$ 862,9 milhões de prêmios emitidos, que representam um incremento de 13,5% sobre o exercício do ano anterior, suportado, principalmente, pelo maior desempenho do produto de vida em grupo coletivo, que apresentou crescimento de 26,1% no exercício.

Índice combinado

O índice combinado no exercício de 2018 foi de 94,6%, redução de 3,7 p.p. em relação ao exercício anterior devido à melhora dos índices de despesas de comercialização.

O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício de 2018 foi de 89,9%, redução de 0,1 p.p. em relação ao exercício anterior.

Lucro líquido e por ação

A Seguradora apresentou lucro líquido de R\$ 47,5 milhões, aumento de 35,7% em relação ao exercício anterior. O lucro por ação foi de R\$ 1,24 em 31 de dezembro de 2018 e R\$ 0,91 no mesmo período do ano anterior.

Distribuição de dividendos

No exercício foi deliberada a distribuição de lucros no total de R\$ 57,2 milhões na forma de dividendos, em Reuniões do Comitê de Direção realizadas em 20 de fevereiro, 12 de março, 09 de abril, 07 de maio, 11 de junho, 20 de agosto, 10 de setembro e 12 de novembro de 2018.

Conforme previsto no Estatuto da MAPFRE Vida S.A. uma parcela de seu lucro, por proposta dos órgãos da administração, aprovada pela Assembleia Geral, poderá ser destinada à formação de Reserva de Investimentos, que tem o objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, investimentos em atividades relacionadas com o objeto social da Seguradora, o aumento de capital nas sociedades das quais participa como acionista, a aquisição de sociedades congêneres e/ou o pagamento de dividendos futuros ou suas antecipações.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, corretores, parceiros e aos colaboradores pelo apoio e confiança depositados em nosso trabalho. O fortalecimento desse relacionamento é um dos objetivos que nos estimula a seguir em frente, em busca de novos desafios.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo	Nota	2018	2017
Circulante		918.293	913.825	Circulante		552.994	544.020
Disponível		2.107	574	Contas a pagar		36.037	39.260
Caixa e bancos	5	2.107	574	Obrigações a pagar	13	31.974	33.524
Equivalentes de caixa	5	4.007	1.481	Impostos e encargos sociais a recolher		1.255	1.433
Aplicações	6	743.004	731.870	Encargos trabalhistas		977	1.379
Créditos das operações com seguros e resseguros		119.348	114.637	Impostos e contribuições	14	1.831	2.924
Prêmios a receber	7	83.229	88.009	Débitos de operações com seguros e resseguros		44.351	50.529
Operações com seguradoras	8a	30.964	15.729	Prêmios a restituir		105	3.603
Operações com resseguradoras	9a	5.155	10.899	Operações com seguradoras	8b	19.500	8.191
Outros créditos operacionais		3.299	5.414	Operações com resseguradoras	9b	6.603	5.543
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	2.120	6.394	Corretores de seguros e resseguros	15	15.650	29.304
Títulos e créditos a receber		32.014	37.360	Outros débitos operacionais		2.493	3.888
Títulos e créditos a receber		878	5.648	Depósitos de terceiros	16	19.178	12.548
Créditos tributários e previdenciários	24b	28.795	29.144	Provisões técnicas - seguros	17	453.428	441.683
Outros créditos		2.341	2.568	Danos		97.605	89.409
Outros valores e bens		-	87	Pessoas		315.319	294.799
Outros valores		-	87	Vida individual		40.504	57.475
Despesas antecipadas		4.804	5.246	Passivo não circulante		281.496	267.107
Custos de aquisição diferidos	10	7.590	10.762	Provisões técnicas - seguros	17	252.985	240.820
Seguros		7.590	10.762	Danos		9.663	14.012
Ativo não circulante		354.326	342.338	Pessoas		226.062	209.598
Realizável a longo prazo		318.901	300.954	Vida individual		17.260	17.210
Aplicações	6	118.291	89.921	Outros débitos	21	28.511	26.287
Ativos de resseguro e retrocessão	9a	2.402	60	Provisões judiciais		28.511	26.287
Títulos e créditos a receber		197.349	209.845	Patrimônio líquido	22	438.129	445.036
Créditos tributários e previdenciários	24b	183.429	195.755	Capital social		415.166	439.766
Depósitos judiciais e fiscais	21a	13.920	14.090	Redução de capital (em aprovação)		-	(24.600)
Custos de aquisição diferidos	10	859	1.128	Reservas de lucros		19.592	29.266
Seguros		859	1.128	Ajustes de avaliação patrimonial		3.371	604
Investimentos		3.794	3.887				
Participações societárias		240	245				
Imóveis destinados à renda		3.554	3.632				
Outros investimentos		-	10				
Imobilizado	11	385	2.178				
Bens móveis		316	1.341				
Outras imobilizações		69	837				
Intangível	12	31.246	35.319				
Outros intangíveis		31.246	35.319				
Total de ativo		1.272.619	1.256.163	Total de passivo e patrimônio líquido		1.272.619	1.256.163

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Redução de capital (em aprovação)	Reserva legal	Reserva de investimentos			
Saldo em 1º de janeiro de 2017	439.766	-	12.454	34.219	1.715	-	488.154
Títulos e valores mobiliários					(1.111)		(1.111)
Redução de capital em aprovação - AGE de 15 de setembro de 2017 (nota explicativa nº 22a)		(24.600)					(24.600)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 15 de fevereiro de 2017				(28.400)			(28.400)
Juros sobre o capital próprio pagos - Reunião de Diretoria em 08 de maio de 2017				(5.819)			(5.819)
Lucro líquido do exercício						34.993	34.993
Distribuição do resultado: Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 08 de maio de 2017						(5.381)	(5.381)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 02 de junho de 2017						(8.400)	(8.400)
Juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 04 de julho de 2017						(4.400)	(4.400)
Reserva legal			1.749		(1.749)		
Reserva de investimentos				15.063	(15.063)		
Saldo em 31 de dezembro de 2017	439.766	(24.600)	14.203	15.063	604	-	445.036
Aprovação de redução de capital - SUSEP Portaria nº 703-1 em 02 de janeiro de 2018 (nota explicativa nº 22a)	(24.600)	24.600					
Títulos e valores mobiliários					2.767		2.767
Lucro líquido do período						47.496	47.496
Distribuição do resultado: Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 20 de fevereiro de 2018				(3.000)			(3.000)
Dividendos pagos - Reunião de Diretoria em 12 de março de 2018				(7.900)			(7.900)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 09 de abril de 2018				(4.163)			(4.163)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 07 de maio de 2018						(5.180)	(5.180)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 11 de junho de 2018						(10.900)	(10.900)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 20 de agosto de 2018						(4.590)	(4.590)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 10 de setembro de 2018						(8.000)	(8.000)
Dividendos pagos antecipadamente - Reunião de Diretoria em 12 de novembro de 2018						(7.000)	(7.000)
Reserva legal			2.375		(2.375)		
Reserva de investimentos				3.014	(3.014)		
Saldo em 31 de dezembro de 2018	415.166	-	16.578	3.014	3.371	-	438.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2018	2017
Prêmios emitidos	23b	862.923	760.320
(-) Variações das provisões técnicas de prêmios		(2.398)	(514)
(=) Prêmios ganhos	23a	860.525	759.806
(+) Receita com emissão de apólices		3.342	3.272
(-) Sinistros ocorridos	23c	(494.041)	(431.459)
(-) Custos de aquisição	23d	(162.111)	(140.900)
(+/-) Outras receitas e despesas operacionais	23e	(31.073)	(73.285)
(+/-) Resultado com operações de resseguro	23f	(2.283)	(11.612)
(+) Receitas com resseguro		4.692	(7.217)
(-) Despesas com resseguro		(6.975)	(4.395)
(-) Despesas administrativas	23g	(95.148)	(77.476)
(-) Despesas com tributos	23h	(18.902)	(10.392)
(+/-) Resultado financeiro	23i	30.149	63.829
(+) Receitas financeiras		57.389	85.034
(-) Despesas financeiras		(27.240)	(21.205)
(+) Resultado patrimonial		6	502
(=) Resultado operacional		90.464	82.285
(-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(293)	(2)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		90.171	82.283
(-) Imposto de renda	24a	(21.936)	(16.416)
(-) Contribuição social	24a	(20.633)	(31.120)
(-) Participações sobre o resultado		(106)	246
(=) Lucro líquido do exercício		47.496	34.993
(/) Quantidade de ações		38.245.074	38.245.074
(=) Lucro líquido por ação		1,24	0,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	47.496	34.993
Outros resultados abrangentes	2.767	(1.111)
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	5.032	(2.021)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(2.265)	910
Resultado abrangente do exercício, líquido dos impostos	50.263	33.882

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	47.496	34.993
Ajustes para:	484.900	422.725
Depreciação e amortização	8.115	8.605
Varição dos custos de aquisição diferidos	3.441	56
Ativos fiscais diferidos	12.749	11.882
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	(13.003)	5.697
Varições das provisões técnicas	473.305	396.843
Ganhos ou perdas na alienação de imobilizado	293	2
Varição nas contas patrimoniais:	(440.772)	(361.808)
Aplicações	(39.504)	(55.231)
Créditos das operações de seguros e resseguros	14.786	36.837
Ativos de resseguro e retrocessão	1.932	4.260
Créditos tributários e previdenciários	(74)	8.459
Despesas antecipadas	442	(1.465)
Outros ativos	7.566	(402)
Depósitos judiciais e fiscais	170	(794)
Impostos e contribuições	26.853	19.175
Obrigações a pagar	(14.327)	(2.008)
Débitos de operações com seguros e resseguros	(13.038)	(12.746)
Depósitos de terceiros	6.630	(10.372)
Provisões técnicas - seguros (nota nº 2b)	(449.395)	(366.613)
Provisões judiciais	2.224	11.101
Outros passivos	12.196	9.102
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para venda	2.767	(1.111)
Caixa gerado pelas operações	91.624	95.910
Imposto de renda sobre o lucro - pago	(15.434)	(10.521)
Contribuição social sobre o lucro - pago	(12.512)	(10.231)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	63.678	75.158
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:	1.980	259
Investimentos	93	252
Intangível	1.887	7
Pagamento pela compra:	(4.429)	(8.104)
Imobilizado	(213)	(85)
Intangível	(4.216)	(8.019)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(2.449)	(7.845)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(57.170)	(50.060)
Redução do capital	-	(24.600)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(57.170)	(74.660)
Aumento/Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.059	(7.347)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		

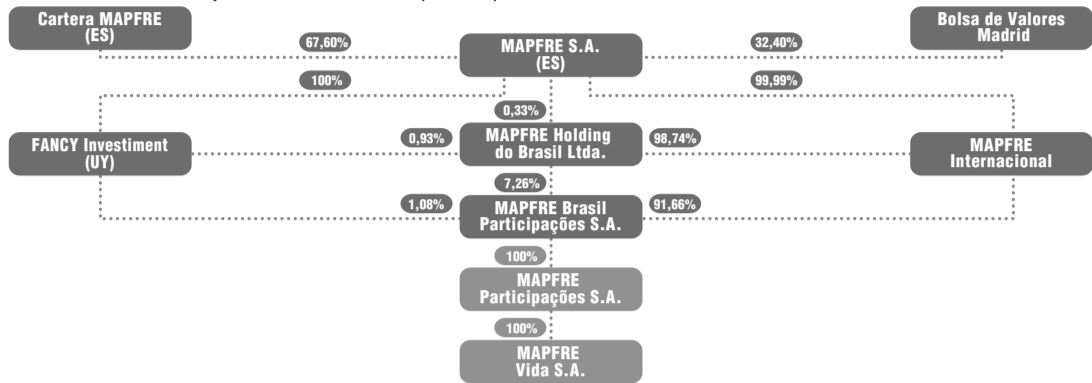
☆ continuação

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A MAPFRE Vida S.A. (doravante designada por "Seguradora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em atividades de seguros de pessoas em todo território nacional. A Seguradora está sediada em São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar e cadastrada no CNPJ sob o nº 54.484.753/0001-49. Foi celebrado em 26 de junho de 2018 entre as Partes (Banco do Brasil S.A., BB Seguros Participações S.A., MAPFRE S.A., MAPFRE Internacional S.A. e MAPFRE Brasil Participações S.A.), as Intervenientes (BB MAPFRE SH1 Participações S.A., Companhia de Seguros Aliança do Brasil e Aliança do Brasil Seguros S.A.), a MAPFRE BB SH2 Participações S.A. (atual MAPFRE Participações S.A.), a Brasilveículos Companhia de Seguros, a MAPFRE Seguros Gerais S.A., a MAPFRE Vida S.A. e a BB MAPFRE Assistência S.A. (atual MAPFRE Serviços S.A.) o Acordo de Reestruturação da Parceria. Em continuidade, sob a carta homologatória eletrônica SUSEP nº 18 de 06 de novembro de 2018, foi deferida a transferência do controle acionário indireto e a ingerência efetiva dos negócios da MAPFRE Vida S.A. para MAPFRE S.A., sociedade constituída e organizada pelas Leis da Espanha. Em 31 de dezembro de 2018, o GRUPO MAPFRE apresentava a estrutura abaixo, cujo controle acionário foi aprovado pelo Processo SUSEP nº 15414.622239/2018-88 de 06 de novembro de 2018.



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Base de preparação: Em consonância com a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho da Administração em 26 de fevereiro de 2019. **b) Comparabilidade:** Em 31 de dezembro de 2017, a Seguradora reclassificou, os valores de variação das provisões técnicas, apresentados anteriormente como variação das contas patrimoniais de provisões técnicas - seguros, que, entretanto, devem ser considerados como ajustes ao lucro líquido do exercício apresentado nas demonstrações do fluxo de caixa. Essas reclassificações foram feitas, para melhor apresentação e comparabilidade. Tais mudanças não impactaram o fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais do período. **c) Base para avaliação, apresentação e moeda funcional:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. **d) Continuidade:** A Administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, referendadas pela SUSEP, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas listadas abaixo incluem: *i.* informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras; *ii.* informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil. • Nota 3g - Classificação dos contratos de seguro; • Notas 3k, 3m, 17 e 20 - Provisões técnicas e teste de adequação dos passivos; • Nota 6 - Aplicações; • Nota 21 - Provisões judiciais; e • Nota 24 - Imposto de renda e contribuição social diferidos e tributos a recuperar. **f) Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais em circulante e não circulante considerando a expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. Para os principais itens patrimoniais sem vencimento definido, foram consideradas as classificações de administrativas para circulante e judiciais para não circulante. **g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2019 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP. **CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9):** Substituiu as orientações existentes no CPC 38 (IAS 39) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 (IFRS 9) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, aplicar isenção temporária ao IFRS 9 (CPC 48), de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39 (CPC 38) para os períodos anuais até antes de 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2017 e 2018, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) foram cumpridos. Diante disso, a Seguradora optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9 (CPC 48) e continuará a aplicar o IAS 39 (CPC 48) até a data efetiva do IFRS 17. **CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Operações de arrendamento mercantil:** O CPC 06 (R2) (IFRS 16) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos mercantis. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. Essas informações fornecem a base para que usuários de demonstrações contábeis avaliem o efeito que os arrendamentos têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. O novo pronunciamento altera de maneira mais substancial a contabilidade das entidades arrendatárias. O CPC 06 (R2) (IFRS 16) entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. **IFRS 17 - Contratos de seguros:** A IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Seguradora. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021. Os normativos, CPC 48 (IFRS 9), CPC 06 (R2) (IFRS 16) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados. **a) Caixa e equiva-**

lentes de caixa: Incluem caixa, saldos em conta movimento sem vencimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de noventa dias e com risco insignificante de mudança de seu valor justo e que não estejam vinculados como garantia das provisões técnicas. Os valores são utilizados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **b) Aplicações e instrumentos financeiros:** A classificação dentro as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. A Seguradora classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: *i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente no resultado do período. *ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:* São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado. *iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. *iv. Empréstimos e recebíveis:* Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Seguradora compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber" e "Outros créditos" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. *v. Determinação do valor justo:* Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na nota explicativa nº 6c. **c) Redução ao valor recuperável:** *i. Ativos financeiros:* Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, recuperação judicial ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável, previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda, para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. *ii. Operações de seguros e resseguros:* A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável, conforme determina a Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º incisos 3º e 7º e artigo 7º, sobre os prêmios a receber diretos, líquidos de comissões, comissão de estipulante, cosseguros e resseguros cedidos, IOF, Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) e Despesa de Comercialização Diferida (DCD), para os recebíveis relativos a riscos decorridos ou prêmios a receber vencidos e não pagos. Adicionalmente, para os saldos remanescentes, é reconhecido a redução ao valor recuperável quando o período de inadimplência superar 60 (sessenta) dias da data do vencimento do crédito. Ainda, o montante da redução corresponderá à totalidade dos valores a receber de determinado segurado, independentemente de existirem outros valores a vencer deste mesmo devedor. Em 2018, a redução ao valor recuperável (RVR) sobre os créditos a recuperar com resseguradores é baseada na Circular SUSEP nº 544/2016 artigo 6º, que considera o total dos créditos vencidos superiores a 180 dias. *iii. Ativos não financeiros:* Os valores dos ativos não financeiros são revisados, para fins de recuperabilidade, sempre que houver alguma indicação de perda considerada permanente, sendo a perda reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável. **d) Investimentos:** Compreende substancialmente imóveis urbanos não destinados ao uso próprio. **e) Imobilizado:** O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade. Gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado, conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 11. **f) Ativos intangíveis:** Compreende, basicamente, os gastos com projetos relacionados ao desenvolvimento de sistemas, quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de softwares são reconhecidas no resultado no período quando incorridas. A amortização do ativo intangível é calculada segundo o método linear considerando as taxas divulgadas na nota explicativa nº 12. **g) Classificação dos contratos de seguro:** A Seguradora classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro, assim definido quando pode ser observada a possibilidade de pagar benefícios adicionais ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa e significativa. **h) Mensuração dos contratos de seguros:** Os prêmios de seguros e os custos de aquisição são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos e dos cus-

tos de aquisição diferidos. As receitas de prêmios e os correspondentes custos de aquisição diferidos, relativo aos riscos vigentes sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados como "Receitas financeiras" em base *pro rata-die* ao longo do período de pagamento das parcelas dos prêmios. **i) Resseguro:** Resseguro é a operação pela qual o segurador transfere a outrem, total ou parcialmente, um risco assumido. Nessa operação, a Seguradora objetiva mitigar suas responsabilidades na aceitação de um risco considerado excessivo ou perigoso e cede a um ressegurador uma parte da responsabilidade e do prêmio recebido. Tecnicamente, o resseguro é um contrato que visa equilibrar e dar solvência aos seguradores por meio da diluição dos riscos, garantindo assim o pagamento das indenizações aos segurados. Os prêmios de resseguros relativos aos contratos da modalidade "proporcional" são registrados ao resultado simultaneamente aos respectivos prêmios de seguros, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência das apólices de seguros. Os prêmios relativos aos contratos da modalidade "não proporcional" são registrados ao resultado no início de vigência do contrato de resseguro, sendo as correspondentes despesas de resseguro diferidas apropriadas ao resultado de acordo com a vigência do contrato de resseguro. As baixas das operações de resseguro mantidas com os resseguradores, são contabilizadas com base em prestações de contas nos contratos automáticos da modalidade "proporcional" e caso a caso nos contratos facultativos e nos contratos automáticos da modalidade "não proporcional". Os valores a receber, relacionados com a operação de resseguro, incluem saldos a receber de resseguradores relacionados com valores a serem recuperados, nos termos dos contratos de resseguros, e as parcelas do ressegurador nas provisões técnicas constituídas. No caso de serem identificados indícios de que os valores não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável levando-se em consideração o descrito na nota explicativa nº 3c. *ii.* Os valores a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas. **j) Custos de aquisição diferidos:** É composto substancialmente por valores referentes às comissões e os agenciamentos relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado realizada pelo método *pro rata-die* tomando-se como base as datas de início e fim de vigência do risco segurado, com prazo médio de diferimento em 17 meses. **k) Provisões técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). A Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG) é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método *pro rata-die* tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. A Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes mas não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 24 meses que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices e endossos. A Provisão de Excedentes Técnicos (PET) é constituída para os contratos que possuem a previsão contratual de distribuição de excedentes decorrentes de superavit técnico de apólice. A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa de pagamentos prováveis brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro cedido, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço patrimonial. Inclui o ajuste do Sinistros Ocorridos mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), como complemento da Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considerando o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até sua liquidação final. A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros contemplando as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro e também despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada. A Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados (IBNR) representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data de cálculo da estimativa. É calculada com base em experiência histórica e metodologia prevista em nota técnica atuarial, envolvendo a construção de triângulos de 48 trimestres que consideram o intervalo entre a data de ocorrência e aviso do sinistro. **l) Operações com o Convênio DPVAT:** A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Seguradora Líder) na proporção do percentual de participação da Seguradora no consórcio. Compete à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios, de acordo com a Resolução CNSP nº 332/2015 e alterações subsequentes. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, os resultados mensais são repassados líquidos aos participantes do consórcio no mês seguinte a sua conferência. **m) Teste de adequação dos passivos (TAP):** A Seguradora elabora o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 - Contratos de Seguro e que estão vigentes na data de execução do teste. O teste considerou a projeção dos sinistros ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas aloáveis relacionadas aos sinistros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros. Para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa projetados a Seguradora utilizou a Estrutura a Termo da Taxa de Juros (ETTJ) livre de risco definidas pela SUSEP. O resultado do TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data-base, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo as despesas aloáveis a sinistros e salvados, foi comparado às provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, PET, IBNR e IBNeR. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer, incluindo as despesas administrativas e outras despesas e receitas referentes a todos os riscos assumidos até a data-base do teste foi comparado a soma das provisões técnicas PPNG e PPNG-RVNE. Para a projeção da sinistralidade dos sinistros a ocorrer, foi considerada a melhor estimativa da série histórica em diversos períodos compreendidos entre o último mês e até os últimos 36 meses de análise, resultando na sinistralidade de 60,7% para a Seguradora. Os contratos e certificados relativos aos ramos DPVAT não foram objeto de análise neste teste, conforme previsto na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. O resultado do teste de adequação não apresentou necessidade de registro de provisões adicionais aos passivos de seguro já registrados na data-base. **n) Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma puder ser estimada de maneira confiável e seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, com relação às probabilidades de perda que leva em consideração a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Estas são provisionadas quando a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes. No exercício, a Seguradora efetuou revisão das premissas de provisionamento das ações judiciais e trabalhistas. A alteração se concentrou nas ações e após decisão desfavorável de primeira instância, foram classificadas como perdas prováveis e por consequência foram provisionadas. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são divulgados. **o) Outras receitas e despesas operacionais:** Compreendem substancialmente as receitas e despesas com apólices e contratos de seguros. **p) Benefícios aos empregados:** *i. Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. *ii. Obrigações com aposentadorias:*

☆ continua



-☆ continuação

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

A Seguradora é patrocinadora de um plano de previdência complementar para os empregados na modalidade de contribuição definida - Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL) administrado pela MAPFRE Previdência S.A. Trata-se de um plano de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições realizadas por ele mesmo e pela Seguradora, sendo os recursos investidos em um fundo de investimento destinado a essa finalidade. Os aportes mensais são calculados considerando o salário-base de contribuição do participante e a Seguradora não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **iii. Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **q) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r) Arrendamento:** No início dos contratos de locação, o GRUPO MAPFRE realiza procedimento de identificação se os mesmos são ou contêm um arrendamento. Os arrendamentos de ativo imobilizado da Seguradora não transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade, portanto são classificados como arrendamentos operacionais não sendo reconhecidos no balanço patrimonial. Os pagamentos para os arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear de acordo com o prazo do arrendamento e os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do contrato. **s) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 no exercício e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do semestre, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras e somado de eventual ajuste de imposto a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos, considerados na base de cálculo do imposto corrente e os correspondentes valores tributáveis ou dedutíveis em períodos futuros. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. Os ativos e passivos fiscais diferidos são pensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação. **t) Participações nos lucros:** A Seguradora registra mensalmente a participação dos lucros com base nos critérios de pagamento referente ao último exercício, caso não tenha ocorrido nenhuma mudança significativa na política de remuneração, sendo atualizado pelo índice de reajuste salarial da categoria e ajustada posteriormente, para pagamento aos colaboradores, conforme política de remuneração.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Seguradora conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, alinhado à regulamentação vigente. A gestão busca a adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do *Value at Risk (VaR)*, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditoria, tendo como objetivo a análise estratégica, o acompanhamento e a mitigação dos riscos corporativos. Para assegurar a unicidade ao processo de gerenciamento de riscos, o GRUPO MAPFRE conta com os seguintes comitês: • **Comitê financeiro:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos financeiros, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação do Comitê de Direção, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comissão de riscos, segurança e sustentabilidade:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê de Direção, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO MAPFRE, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, bem como auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e decisão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo GRUPO MAPFRE. • **Comitê de auditoria:** órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes, avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, e propor ao Conselho de Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê de direção:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Seguradora. Possui atribuições específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a Alta Administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo. Contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição de suas atribuições e níveis de reporte. Ainda com o intuito de gerir os riscos aos quais a Seguradora está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para uma gestão de riscos adequada ao perfil da Seguradora. A Auditoria Interna fornece análises, apreciações, recomendações, pareceres e informações relativas às atividades examinadas, promovendo, assim, um controle efetivo a um custo razoável. O escopo da Auditoria Interna está voltado ao exame e à avaliação da adequação e eficácia do sistema de controle interno, bem como a qualidade do desempenho no cumprimento das atribuições e responsabilidades. **Risco de subscrição:** A Seguradora define risco de subscrição como o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. Os contratos de seguro que transferem risco significativo são aqueles onde a Seguradora possui a obrigação de pagamento de um benefício adicional significativo aos seus segurados em cenários com substância comercial, classificados através da comparação entre cenários nos quais o evento ocorra, afetando os segurados de forma adversa, e cenários onde o evento não ocorra. Pela natureza intrínseca de um contrato de seguro, o seu risco é de certa forma, acidental e consequentemente sujeito a oscilações. Para um grupo de contratos de seguro onde a teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e provisionamento, a Seguradora entende que o principal risco transferido para a Seguradora é o risco de que sinistros avisados e os pagamentos de benefícios resultantes desses eventos excedam o valor contábil dos passivos de contratos de seguros. Essas situações ocorrem, na prática, quando a frequência e severidade dos sinistros e benefícios aos segurados são maiores do que previamente estimados, segundo a metodologia de cálculo destes passivos. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer face aos eventos de sinistros. A Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguro, com resseguradoras que possuam *rating* de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e vultosos seja minimizado. Não obstante, o risco de subscrição é minimizado em função da menor parcela dos riscos aceitos possuírem importâncias seguradas elevadas. **Concentração de riscos:** As exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por segmento de seguro baseada no valor de prêmio emitido bruto e líquido de resseguro.

Região geográfica	2018		2017	
	Bruto de resseguro (*)	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro (*)	Líquido de resseguro
Centro Oeste	301.993	36%	301.993	37%
Nordeste	4.140	1%	4.140	1%
Sudeste	435.058	52%	428.546	52%
Sul	88.566	11%	88.465	10%
Total	829.757	100%	823.144	100%

(*) As operações estão líquidas dos saldos de RVNE no montante de R\$ 4.579 (R\$ 1.031 em 2017) e DPVAT no montante de R\$ 28.587 (R\$ 36.931 em 2017). **Sensibilidade do risco de subscrição:** O teste de sensibilidade foi elaborado para explicitar como serão afetados o resultado e o patrimônio líquido, caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas variáveis de risco relevante à data do balanço. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **a) Provisões técnicas:** Provisão de IBNR: simulado como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de ocorrência dos sinistros e a respectiva data de aviso à Seguradora poderia afetar o saldo da provisão de IBNR. O agravamento considerado baseia-se na elevação de 5% nos valores de atraso. **b) Sinistralidade:** Simulamos a elevação de 5% na sinistralidade da carteira. Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	Sensibilidade	Impacto no resultado/ Patrimônio líquido (bruto de impostos)	2018
a. IBNR	Aumento Coeficiente de variação dos fatores de IBNR	(5.314)	
b. Sinistralidade	Aumento Elevação de 5% na sinistralidade	(24.467)	

Risco de crédito: É o risco de perda de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro como consequência de uma contraparte no contrato não honrar a totalidade ou parte de suas obrigações contratuais com a Seguradora. A Administração possui políticas para garantir que limites ou determinadas exposições ao risco de crédito não sejam excedidos através do monitoramento e cumprimento da política de risco de crédito para os ativos financeiros individuais ou coletivos que compartilham riscos similares e levando em consideração a capacidade financeira da contraparte em honrar suas obrigações e fatores dinâmicos de mercado. O risco de crédito pode se materializar, por meio dos seguintes fatos: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados e de recuperação de sinistros por parte do ressegurador; • Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** Em relação às operações de resseguro, a Seguradora está exposta a concentrações de risco com resseguradoras individuais, devido à natureza do mercado de resseguro. A Seguradora adota uma política de gerenciar as exposições das contrapartes de resseguro, operando somente com resseguradores com alta qualidade de crédito refletidas nos *ratings* atribuídos por agências classificadoras. No caso da resseguradora local MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. e da admitida MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A., foi considerado o *rating* da MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A..

Prêmio cedido aos resseguradores:

Rating	2018		2017	
	Local	Admitida	Local	Admitida
A	-	2.387	2.387	1.848
A+	1.356	-	2.339	3.695
A-	531	-	531	1.681
Total	1.887	2.387	2.339	6.613

O gerenciamento de risco de crédito de seguro referente às operações com resseguros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's*, *AM Best* e *Moody's*. Os resseguradores são sujeitos a um processo de análise de risco de crédito em uma base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de crédito sejam atingidos. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. As diretrizes de resseguro também colaboram para o monitoramento do risco de crédito de seguros e são determinadas através de política e norma interna. **Gerenciamento do risco de crédito:** A Política de Investimentos prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de *rating* mínimo "A" para alocação, com exceções. No caso de rebaixamento do *rating* a Administração avalia a manutenção da posição. Abaixo quadro demonstrativo das classificações de *rating* em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Ativos financeiros - Rating	2018		2017	
	AAA	AA+	AA	AA-
Títulos de renda fixa públicos (*)	841.061	-	-	-
Debêntures	-	5.066	7.920	-
Letras financeiras	456	-	6.792	7.248
Total	841.517	5.066	7.920	6.792

2017

Ativos financeiros - Rating	2017		2018	
	AAA	AA+	AA	AA-
Títulos de renda fixa públicos (*)	792.683	-	-	-
Debêntures	5.068	-	4.292	9.360
Letras financeiras	480	-	2.878	5.675
Outras aplicações	-	-	10.715	10.715
Total	798.231	-	13.593	9.967

(*) Inclui operações compromissadas no montante de R\$ 308.232 (R\$ 212.935 em 2017) com lastro em títulos públicos.

A Administração classificou os títulos públicos na categoria de *rating* AAA, uma vez que a contraparte é o Governo Federal. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Standard & Poor's*, *Fitch Ratings* e *Moody's*. A Seguradora efetua diversas análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a incapacidade de a Seguradora saldar seus compromissos e também as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. A Seguradora possui política específica que estabelece índices de liquidez mínimos requeridos para suprir quaisquer necessidades de financiamentos e compromissos. Uma forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo de caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas estabelecidas na Política de Investimentos, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão do fluxo de caixa, as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Adicionalmente, é reportado mensalmente à SUSEP o nível de liquidez apresentado pela Seguradora, avaliando a sobra de recursos em função da necessidade de cobertura das provisões técnicas. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos. Não obstante a Seguradora apresentar índice de liquidez negativa na distribuição das faixas dos *agings* do ativo e do passivo, não apresenta insuficiência de liquidez, uma vez que mantém geração de caixa suficiente para honrar os compromissos de curto prazo e ainda mantém aplicações financeiras classificadas como disponíveis para venda que podem ser utilizadas no caso de eventual necessidade.

	2018			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Disponível	2.107	-	-	2.107
Equivalente de caixa	4.007	-	-	4.007
Aplicações (*)	321.893	271.306	160.925	754.124
Créditos das operações de seguros e resseguros	119.348	-	-	119.348
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	2.885	1.200	437	4.522
Outros créditos operacionais	3.299	-	-	3.299
Títulos e créditos a receber (**)	3.219	-	-	3.219
Despesas antecipadas	4.804	-	-	4.804
Custos de aquisição diferidos	7.590	859	-	8.449
Total do ativo	469.152	273.365	161.362	903.879
Provisões técnicas (*)(**)	394.311	151.328	53.602	599.241
Contas a pagar	36.037	-	-	36.037
Débitos das operações com seguros e resseguros	44.351	-	-	44.351
Depósitos de terceiros	19.178	-	-	19.178
Total do passivo	493.877	151.328	53.602	698.807

	2017			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Disponível	574	-	-	574
Equivalente de caixa	1.481	-	-	1.481
Aplicações (*)	246.567	399.635	72.100	718.302
Créditos das operações de seguros e resseguros	114.637	-	-	114.637
Ativos de resseguro - provisões técnicas (***)	2.826	2.917	711	6.454
Outros créditos operacionais	5.414	-	-	5.414
Títulos e créditos a receber (**)	8.216	-	-	8.216
Outros valores e bens	87	-	-	87
Despesas antecipadas	5.246	-	-	5.246
Custos de aquisição diferidos	10.762	1.128	-	11.890
Total do ativo	395.810	403.680	72.811	872.301
Provisões técnicas (*)(**)	261.081	259.810	58.191	579.082
Contas a pagar	39.260	-	-	39.260
Débitos das operações com seguros e resseguros	50.529	-	-	50.529
Depósitos de terceiros	12.548	-	-	12.548
Total do passivo	363.418	259.810	58.191	681.419

(*) As aplicações financeiras foram alocadas considerando as datas de vencimento dos títulos e valores mobiliários. Os ativos financeiros e provisões técnicas relacionados a DPVAT, no valor de R\$ 107.171 (R\$ 103.489 em 2017) e R\$ 107.172 (R\$ 103.421 em 2017), respectivamente, não foram classificados no quadro acima por não estar sob a gestão da Administração. (***) Os depósitos judiciais e fiscais e as provisões judiciais, nos montantes de R\$ 13.920 (R\$ 14.090 em 2017) e R\$ 28.511 (R\$ 26.287 em 2017), não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. Os créditos tributários e previdenciários, no valor de R\$ 212.224 (R\$ 224.899 em 2017) também não foram classificados no quadro acima. (***) No que se refere ao fluxo de saída das provisões de sinistros e ativos de resseguro relacionado a sinistro foi considerado a experiência histórica observada do padrão de pagamento.

Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Seguradora ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o de risco de mercado é calculado pela MAPFRE Investimentos S.A. com base em cenários de *stress*, histórico e nas metodologias de *Value at Risk (VaR)* e *Macaulay Duration*. O modelo de *VaR* é aplicado aos fundos de investimentos de Liquidez e Risco da Seguradora, utilizando-se de série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do *VaR*, para o intervalo de 1 dia é de:

Fundo	2018	
	VaR	Patrimônio
Liquidez	9	570.493
Rentabilidade	1	52.075

continua -☆

☆ continuação

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-69

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

A metodologia de *Macaulay Duration* é aplicada às Carteiras de ALM (*Asset & Liability Management*) da Seguradora, que contempla as Carteiras Administradas e os fundos com ativos mantidos até o vencimento. O prazo médio apresentado para as carteiras é de 4,23 anos (3,49 em 2017) frente a um patrimônio de R\$ 125.426 (R\$ 113.598 em 2017) e está de acordo com as diretrizes de ALM do GRUPO MAPFRE, sendo revisado, periodicamente, pelo Comitê Financeiro. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade a taxa de juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: *i.* taxa de juros e *ii.* cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas da Seguradora. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação), teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Do total de R\$ 861.295 (R\$ 821.791 em 2017) de aplicações financeiras, incluindo as operações compromissadas, R\$ 107.171 (R\$ 103.489 em 2017) foram extraídos da base da análise de sensibilidade relativos aos investimentos em DPVAT. Dessa forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 754.124 (R\$ 718.302 em 2017). Para a análise de sensibilidade, todos os ativos em carteira da Seguradora foram considerados a valor de mercado, independentemente de sua classificação contábil.

	2018
Impacto no patrimônio líquido/resultado (bruto de impostos)	
Fator de risco	
Taxa de juros e cupons	
a) Elevação de taxas	(7.481)
b) Redução de taxas	7.481
Parâmetro: 100 <i>basis points</i> nas estruturas de taxas de juros e cupons vigentes. Risco Operacional: Risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo-se o risco legal e excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e a reputação da instituição. Gerenciamento do risco operacional: A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração dentro de cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais para a administração de riscos operacionais dentre eles: • exigências para segregação adequada de funções; • exigências para o monitoramento de operações; • cumprimento com exigências regulatórias e legais; • documentação de controles e procedimentos; • avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados e sua mitigação; • desenvolvimento do Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO) para reporte de prejuízos operacionais e as ações corretivas; • desenvolvimento de Planos de Continuidade de Negócios (PCN); • treinamento e disseminação da cultura de controles internos; e • padrões éticos. Dentro desse cenário, a Seguradora dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de controle interno para prover segurança razoável quanto ao alcance de seus objetivos a fim de evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não conformidade com as normas e instruções internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, em que o mapa de riscos é atualizado regularmente com base nas auto avaliações de riscos e controles. Adicionalmente, um programa de análises periódicas de responsabilidade da Auditoria Interna é aprovado anualmente pelo Conselho de Administração com trâmite pelo Comitê de Auditoria. Os resultados das análises da Auditoria Interna são encaminhados aos responsáveis pelas áreas auditadas, para melhoria de seus processos, bem como para conhecimento do Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. Limitações da análise de sensibilidade: As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e os passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá	

6. APLICAÇÕES

a) Composição por prazo, por título e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo, por título e por hierarquia de valor justo. Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante.

Títulos	Vencimento				Ativos			Total					
	Hierarquia a valor justo	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ganho/perda não realizada	2018	%	2017	%
		(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(E)	(H)		(I)
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		308.717	253.940	60.001	107.083	729.741	729.741	729.741	-	729.741	85%	707.096	86%
Fundos de investimentos		308.717	253.940	60.001	107.083	729.741	729.741	729.741	-	729.741	100%	707.096	100%
Quotas de fundos de investimentos - DPVAT	1	-	-	-	107.171	107.171	107.171	107.171	-	107.171	15%	103.489	15%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	485	253.940	60.001	-	314.426	314.426	314.426	-	314.426	43%	390.729	55%
Operações compromissadas (*)	1	308.232	-	-	-	308.232	308.232	308.232	-	308.232	42%	212.935	30%
Outros	2	-	-	-	(88)	(88)	(88)	(88)	-	(88)	0%	(57)	0%
Ativos financeiros disponíveis para venda		13.264	17.366	100.924	-	131.554	125.427	131.554	(6.127)	131.554	15%	114.695	14%
Carteira administrada		13.264	17.366	100.924	-	131.554	125.427	131.554	(6.127)	131.554	100%	114.695	100%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	5.000	-	-	-	5.000	5.000	5.000	-	5.000	4%	1	0%
Títulos da dívida agrária (TDA)	1	4.794	602	-	-	5.396	5.396	5.396	(60)	5.396	4%	13.486	12%
Certificados de depósitos bancários (CDB)	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.715	9%
Letras financeiras (LF)	2	3.470	3.778	-	-	7.248	7.248	7.248	-	7.248	6%	9.033	8%
Debêntures	2	-	12.986	-	-	12.986	12.883	12.986	(103)	12.986	10%	9.360	8%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	-	-	100.924	-	100.924	94.960	100.924	(5.964)	100.924	76%	72.100	63%
Total		321.981	271.306	160.925	107.083	861.295	855.168	861.295	(6.127)	861.295	100%	821.791	100%

*Operações compromissadas com lastro em títulos públicos. **b) Hierarquia de valor justo:** Ao mensurar o valor justo dos ativos financeiros, a Seguradora usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações *inputs* utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: *Inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3: Ativos que não sejam precificados com base em dados observáveis de mercado e a Seguradora utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. **c) Determinação do valor justo:** O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Os títulos de renda fixa (debêntures) tiveram suas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os demais títulos de renda fixa ativos, sem cotação em mercado, o valor justo é apurado utilizando-se metodologia própria - *Market to Model* do administrador, com o uso máximo de informações observáveis no mercado. Os critérios de precificação dos instrumentos financeiros derivativos são definidos pelo administrador das carteiras e pelo custodiante, sendo utilizadas curvas e taxas divulgadas pela ANBIMA e B3 - Brasil Bolsa Balcão (Antiga BM&FBovespa) para cálculos e apreamento constantes no manual de precificação da instituição, em conformidade com o código de autoregulação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). A posição e o valor dos títulos DPVAT são informados pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.. As aplicações financeiras são custodiadas, registradas e negociadas na B3 - Brasil Bolsa Balcão, na SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação e na CBLC - Central Brasileira de Liquidação e Custódia.

d) Taxa de juros contratada:	2018		2017	
	Maior taxa	Menor taxa	Maior taxa	Menor taxa
LFT	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC	100% da SELIC
TDA	12,75%	12,47%	12,85%	12,47%
LF	111,8% do CDI	105% do CDI	111,60% do CDI	105,00% do CDI
CDB	-	-	106,00% do CDI	106,00% do CDI
Debêntures	111,50% do CDI	111,50% do CDI	111,50% do CDI	111,50% do CDI
Debêntures	CDI + 1,4%a.a.	CDI + 1,15%a.a.	CDI + 1,4%a.a.	CDI + 1,4%a.a.
NTN-F	10,67%	10,29%	10,56%	10,30%

e) Movimentação das aplicações financeiras	2017		Ajuste		2018	
	Aplicações	Resgates	valor justo	Rendimentos	Aplicações	Resgates
Valor justo por meio do resultado	707.096	871.140	(888.284)	-	39.789	729.741
Disponíveis para venda	114.695	38.807	(38.326)	5.032	11.346	131.554
Total	821.791	909.947	(926.610)	5.032	51.135	861.295

Valor justo por meio do resultado	2016		Ajuste		2017	
	Aplicações	Resgates	valor justo	Rendimentos	Aplicações	Resgates
Valor justo por meio do resultado	427.266	1.115.885	(891.840)	-	55.785	707.096
Disponíveis para venda	338.421	434.001	(681.361)	(2.021)	25.655	114.695
Mantidos até o vencimento	761	-	(766)	-	5	-
Outras aplicações	112	-	(112)	-	-	-
Total	766.560	1.549.886	(1.574.079)	(2.021)	81.445	821.791

7. PRÊMIOS A RECEBER
Os prêmios de seguros são contabilizados por ocasião da emissão das apólices, ou pelo início de vigência do risco para os casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência do risco coberto, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios ganhos.

a) Prêmios por segmento	2018		2017	
	Prêmios a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber líquido
Vida em grupo	68.473	(13.008)	55.465	64.942
Pessoas individual	24.628	(1.226)	23.402	24.585
Acidentes pessoais coletivo e individual	6.135	(2.645)	3.490	7.552
Demais ramos	1.886	(1.014)	872	1.114
Total	101.122	(17.893)	83.229	98.193

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa nº 3c.ii.

variari na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. À medida que os mercados de investimentos se movimentam por meio de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Seguradora em possíveis mudanças no mercado em um futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Gestão de capital:** O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar retorno sobre capital para os acionistas. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de capital:** Em atendimento à Resolução SUSEP nº 321/2015 e alterações, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR). A Seguradora apura o CR com base nos riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado como demonstrado abaixo:

	2018
1. Ajustes contábeis	
Patrimônio líquido	438.129
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - nacionais ou no exterior	(240)
Despesas antecipadas	(4.804)
Créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social	(135.548)
Ativos intangíveis	(31.246)
Patrimônio líquido ajustado subtotal (a)	266.291
2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos	
Superávit de fluxos prêmios/contribuições não registrados apurado no TAP(+)	417
Superávit entre as provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	1.570
Ajustes econômicos (b)	1.987
3. Capital mínimo requerido	
Capital base - CB	15.000
Capital de risco (subscrição, crédito, operacional e mercado) (CR)	
Capital de risco de subscrição	16.782
Capital de risco de crédito	173.076
Capital de risco operacional	2.350
Capital de risco de mercado	7.126
Correlação entre os riscos	(12.949)
Capital mínimo requerido (c)	186.385
Suficiência de capital (d = a + b - c)	81.893
Suficiência de capital (d/c)	44%
Índice de Solvência [e = (a + b) / c]	1,44
As normas acima referidas determinam que as sociedades supervisionadas apresentem liquidez em relação ao CR superior a 20%. Em 31 de dezembro de 2018 a Seguradora apresenta liquidez como segue:	
Capital de risco (a)	186.385
Índice de liquidez requerido pela Res. CNSP nº 343/2016- 20% sobre CR	37.277
Ativos livres - nota explicativa nº 19 (b)	158.741
Índice de liquidez em 31 de dezembro de 2018 (b/a)	85%
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
Caixa e bancos	2.107
Equivalentes de caixa	4.007
Total de caixa e equivalentes de caixa	6.114

Os ativos financeiros classificados a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante.

Títulos	Vencimento				Ativos			Total					
	Hierarquia a valor justo	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Sem vencimento	Valor contábil	Valor de curva	Valor justo	Ganho/perda não realizada	2018	%	2017	%
		(A)	(B)	(C)	(D)	(E = A + B + C + D)	(F)	(G)	(G - F)	(E)	(H)		(I)
Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado		308.717	253.940	60.001	107.083	729.741	729.741	729.741	-	729.741	85%	707.096	86%
Fundos de investimentos		308.717	253.940	60.001	107.083	729.741	729.741	729.741	-	729.741	100%	707.096	100%
Quotas de fundos de investimentos - DPVAT	1	-	-	-	107.171	107.171	107.171	107.171	-	107.171	15%	103.489	15%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	485	253.940	60.001	-	314.426	314.426	314.426	-	314.426	43%	390.729	55%
Operações compromissadas (*)	1	308.232	-	-	-	308.232	308.232	308.232	-	308.232	42%	212.935	30%
Outros	2	-	-	-	(88)	(88)	(88)	(88)	-	(88)	0%	(57)	0%
Ativos financeiros disponíveis para venda		13.264	17.366	100.924	-	131.554	125.427	131.554	(6.127)	131.554	15%	114.695	14%
Carteira administrada		13.264	17.366	100.924	-	131.554	125.427	131.554	(6.127)	131.554	100%	114.695	100%
Letras financeiras do tesouro (LFT)	1	5.000	-	-	-	5.000	5.000	5.000	-	5.000	4%	1	0%
Títulos da dívida agrária (TDA)	1	4.794	602	-	-	5.396	5.396	5.396	(60)	5.396	4%	13.486	12%
Certificados de depósitos bancários (CDB)	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.715	9%
Letras financeiras (LF)	2	3.470	3.778	-	-	7.248	7.248	7.248	-	7.248	6%	9.033	8%
Debêntures	2	-	12.986	-	-	12.986	12.883	12.986	(103)	12.986	10%	9.360	8%
Notas do tesouro nacional (NTN-F)	1	-	-	100.924	-	100.924	94.960	100.924	(5.964)	100.924	76%	72.100	63%
Total		321.981	271.306	160.925	107.083	861.295	855.168	861.295	(6.127)	861.295	100%	821.791	100%

b) Movimentação de prêmios a receber	2018		2017	
	Saldo inicial	Prêmios emitidos	Saldo inicial	Prêmios emitidos
(+) Prêmios emitidos		1.605.101		1.060.301
(+) IOF		146		(15)
(-) Prêmios cancelados		(551.070)		(56.840)
(-) Recebimentos		(1.046.131)		(1.006.156)
(-/+) Constituição/reversão da redução ao valor recuperável		(7.709)		(3.334)

-☆- continuação

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

Ramos	2018	2017	13. OBRIGAÇÕES A PAGAR		2018	2017
Vida em grupo	5.259	8.456				
Acidentes pessoais coletivos	2.845	3.095	Compartilhamento de despesas (nota explicativa nº26a)		10.395	2.075
Pessoas individual	345	339	Fornecedores		20.190	4.065
Total	8.449	11.890	Participação nos lucros		944	2.212
Circulante	7.590	10.762	Previdência privada		5	8
Não circulante	859	1.128	Outras contas a pagar (*)		440	25.164
Saldo inicial	11.890	11.946	Total		31.974	33.524
Constituições/reversões	(3.441)	(56)	(*) Incluiu o valor de R\$ 24.600, em 2017, referente à redução de capital, cujo montante foi pago em janeiro de 2018 ao acionista.			
Saldo final	8.449	11.890	14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES			
11. IMOBILIZADO						
	Taxa anual	2017	Adições	Baixas	Depreciação	2018
Equipamentos	20%	239	4	(49)	(169)	25
Móveis, máquinas e utensílios	10%	883	-	(246)	(489)	148
Veículos	20%	219	206	(189)	(93)	143
Outras imobilizações	10% a 20%	837	3	-	(771)	69
Total		2.178	213	(484)	(1.522)	385
	Taxa anual	2016	Adições	Baixas	Depreciação	2017
Equipamentos	20%	283	7	-	(51)	239
Móveis, máquinas e utensílios	10%	1.052	-	-	(169)	883
Veículos	20%	241	78	-	(100)	219
Outras imobilizações	10% a 20%	2.138	-	-	(1.301)	837
Total		3.714	85	-	(1.621)	2.178
12. INTANGÍVEL						
	Taxa anual	2017	Aquisições	Baixas	Amortização	2018
Desenvolvimento de sistemas	14% a 20%	35.319	4.216	(1.696)	(6.593)	31.246
	Taxa anual	2016	Aquisições	Baixas	Amortização	2017
Desenvolvimento de sistemas	14% a 20%	34.293	8.019	(9)	(6.984)	35.319

17. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Provisões técnicas - seguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	2018	
							Total	2017
Saldo inicial	48.471	430.655	14.135	181.563	2.405	5.274	682.503	
Constituições	94.493	-	-	19.538	2.842	460	117.333	
Diferimento pelo risco decorrido	(95.937)	-	-	-	-	-	(95.937)	
Aviso de sinistros	-	939.184	-	-	-	-	939.184	
Pagamento de sinistros	-	(447.078)	-	-	(2.317)	-	(449.395)	
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(496.621)	-	-	-	-	(496.621)	
Atualização monetária e juros	-	14.559	-	-	-	-	14.559	
Reversões	-	-	(5.213)	-	-	-	(5.213)	
Saldo final	47.027	440.699	8.922	201.101	2.930	5.734	706.413	2017

Provisões técnicas - seguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL (*)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Provisão de excedentes técnicos - PET	2018	
							Total	2017
Saldo inicial	52.675	404.796	20.515	167.731	2.544	4.371	652.632	
Constituições	91.731	-	-	13.832	2.522	903	108.988	
Diferimento pelo risco decorrido	(95.935)	-	-	-	-	-	(95.935)	
Aviso de sinistros	-	701.703	-	-	-	-	701.703	
Pagamento de sinistros	-	(363.952)	-	-	(2.661)	-	(366.613)	
Ajuste de estimativa de sinistros	-	(317.185)	-	-	-	-	(317.185)	
Atualização monetária e juros	-	5.293	-	-	-	-	5.293	
Reversões	-	-	(6.380)	-	-	-	(6.380)	
Saldo final	48.471	430.655	14.135	181.563	2.405	5.274	682.503	2017

Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total	Montante estimado para os sinistros					
							Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018
Saldo inicial	61	5.798	97	557	2	6.454	Provisão agregada de sinistros em 31.12.2018 (*)					113.808
Constituições	61	-	45	689	2	797	Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR, PDR e sem DPVAT)					541.898
Pagamento de sinistros	-	(11.426)	-	-	-	(11.426)	Provisões DPVAT					107.172
Ajuste de estimativa de sinistros	-	8.697	-	-	-	8.697	Retrocessão					121
Saldo final	61	3.069	142	1.246	4	4.522	Total de provisão (PSL, IBNR, IBNeR e PDR)					649.191

Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total	Montante de sinistros pagos					
							Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018
Saldo inicial	10.045	137	518	14	14	10.714	No ano do aviso					2.557.009
Constituições	-	-	39	-	-	39	Um ano após o aviso					2.936.150
Pagamento de sinistros	(21.938)	-	-	-	(21.938)	(21.938)	Dois anos após o aviso					2.997.830
Ajuste de estimativa de sinistros	17.986	-	-	-	17.986	17.986	Três anos após o aviso					3.040.479
Atualização monetária e juros	(295)	-	-	-	(295)	(295)	Quatro anos após o aviso					3.073.471
Reversões	-	(40)	-	(12)	(52)	(52)	Cinco anos ou mais após o aviso					3.110.654
Saldo final	5.798	97	557	2	6.454	6.454	Pagamentos efetuados até 31.12.2018					3.110.654

Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total	Montante de sinistros pagos					
							Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018
Saldo inicial	10.045	137	518	14	14	10.714	19. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS					706.413
Constituições	-	-	39	-	-	39	Provisões técnicas					(4.461)
Pagamento de sinistros	(21.938)	-	-	-	(21.938)	(21.938)	Parcela correspondente a resseguros contratados					(103.421)
Ajuste de estimativa de sinistros	17.986	-	-	-	17.986	17.986	DPVAT					621.967
Atualização monetária e juros	(295)	-	-	-	(295)	(295)	Quotas e fundos de investimentos					111.320
Reversões	-	(40)	-	(12)	(52)	(52)	Títulos de renda fixa - públicos					20.234
Saldo final	5.798	97	557	2	6.454	6.454	Títulos de renda fixa - privados					753.521

Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total	Montante de sinistros pagos					
							Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018
Saldo inicial	10.045	137	518	14	14	10.714	20. PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR JUDICIAL					158.741
Constituições	-	-	39	-	-	39	a) Composição das ações judiciais de sinistros por probabilidade de perda					145.108
Pagamento de sinistros	(21.938)	-	-	-	(21.938)	(21.938)	Quantidade					5.401
Ajuste de estimativa de sinistros	17.986	-	-	-	17.986	17.986	Valor da causa					211.845
Atualização monetária e juros	(295)	-	-	-	(295)	(295)	Valor da provisão (*)					211.845
Reversões	-	(40)	-	(12)	(52)	(52)	Quantidade					5.046
Saldo final	5.798	97	557	2	6.454	6.454	Valor da causa					191.823

Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total	Montante de sinistros pagos					
							Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018
Saldo inicial	10.045	137	518	14	14	10.714	b) Composição das ações por ano					191.823
Constituições	-	-	39	-	-	39	Ano de abertura					13
Pagamento de sinistros	(21.938)	-	-	-	(21.938)	(21.938)	De 1993 a 2000					312
Ajuste de estimativa de sinistros	17.986	-	-	-	17.986	17.986	De 2001 a 2005					19.502
Atualização monetária e juros	(295)	-	-	-	(295)	(295)	De 2006 a 2010					48.144
Reversões	-	(40)	-	(12)	(52)	(52)	De 2011 a 2015					83.585
Saldo final	5.798	97	557	2	6.454	6.454	De 2016 a 2018					40.280

Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total	Montante de sinistros pagos					
							Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018
Saldo inicial	10.045	137	518	14	14	10.714	21. PROVISÕES JUDICIAIS					191.823
Constituições	-	-	39	-	-	39	a) Composição:					191.823
Pagamento de sinistros	(21.938)	-	-	-	(21.938)	(21.938)	Natureza					2.554
Ajuste de estimativa de sinistros	17.986	-	-	-	17.986	17.986	Fiscais					2.433
Atualização monetária e juros	(295)	-	-	-	(295)	(295)	PIS/COFINS					1.833
Reversões	-	(40)	-	(12)	(52)	(52)	INSS					600
Saldo final	5.798	97	557	2	6.454	6.454	Trabalhistas					235

Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total	Montante de sinistros pagos					
							Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018
Saldo inicial	10.045	137	518	14	14	10.714	c) Movimentação da provisão de sinistros judiciais					191.823
Constituições	-	-	39	-	-	39	Montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontravam provisionadas					6.814
Pagamento de sinistros	(21.938)	-	-	-	(21.938)	(21.938)	Montante provisionado de ações judiciais pagas no exercício corrente e que se encontram provisionadas					7.825
Ajuste de estimativa de sinistros	17.986	-	-	-	17.986	17.986	Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída					30.078
Atualização monetária e juros	(295)	-	-	-	(295)	(295)	Informar o montante de ações judiciais pagas no exercício corrente e não provisionadas					4.836
Reversões	-	(40)	-	(12)	(52)	(52)	21. PROVISÕES JUDICIAIS					4.923
Saldo final	5.798	97	557	2	6.454	6.454	a) Composição:					4.923

Provisões técnicas - resseguros	Provisão de prêmios não ganhos - PPNG + RVNE	Provisão de sinistros a liquidar - PSL	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR	Provisão de despesas relacionadas - PDR	Total	Montante de sinistros pagos					
							Até 2013	2014	2015	2016	2017	2018
Saldo inicial	10.045	137	518	14	14	10.714	Provisões judiciais					2.554
Constituições	-	-	39	-	-	39	Depósitos judiciais (*)					2.433
Pagamento de sinistros	(21.938)	-	-	-	(21.938)	(21.938)	Fiscais					1.926
Ajuste de estimativa de sinistros	17.986	-	-									

☆ continuação

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

bilidade de perda é classificada como possível. Os valores envolvidos na ação estão no quadro abaixo - itens V e VI. Para os períodos não relacionados, os tributos foram recolhidos. **Provisões judiciais Trabalhistas e Cíveis - Trabalhistas** - A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista, cujos objetos variam de acordo com a relação entre a Seguradora e a outra parte (contrato de trabalho ou prestação de serviços através de empresa interposta), que estão em diversas fases de tramitação. Para fazer face a eventuais perdas que possam resultar da resolução final desses processos, foi constituída provisão com base na avaliação dos advogados internos e da Administração. **Cíveis** - Valores em risco decorrentes de processos judiciais não relacionados a operações de seguro ou relacionados a operações de seguro desde que não estejam ligados a coberturas securitárias, incluindo danos morais (quando não relacionado à cobertura securitária), ou ainda relacionados à cobertura securitária pleiteada em casos em que se constate ausência de apólice, ou sobre riscos ocorridos fora da vigência da apólice. Os valores provisionados são atualizados mensalmente de acordo com a taxa IPCA-E e INPC, trabalhistas e cíveis, respectivamente, acrescidas de juros.

Nota	Tese	Período	Probabilidade	Depósito		Valor do risco	
				2018	2017	2018	2017
(I)	COFINS Receita Prêmio Lei 9.718/1998*	06/2009 a 12/2014	Possível	-	-	13.445	12.872
(II)	COFINS Receita Financeira Lei 9.718/98	12/2013 a 12/2014	Possível	-	-	8.703	8.292
(III)	PIS Receita Prêmio Lei 9.718/1998*	06/2009 a 12/2014	Possível	-	-	2.185	2.092
(IV)	PIS Receita Financeira Lei 9.718/1998	12/2013 a 12/2014	Possível	-	-	1.414	1.347
(V)	COFINS Receita Financeira Lei 12.973/14	01/2015 a 12/2018	Possível	-	-	16.893	11.747
(VI)	PIS Receita Financeira Lei 12.973/2014	01/2015 a 12/2018	Possível	-	-	2.745	2.250
* Empresa incorporada Vida Seguradora S.A.							
Total risco possível						45.385	38.600
Total geral						45.385	38.600

Demais processos

Nota	Tese	Período	Probabilidade	Depósito		Valor do risco	
				2018	2017	2018	2017
(1)	PIS/COFINS Multa	01/2013 a 10/2013	Possível	1.926	1.833	1.926	1.833
(2)	INSS Refis	-	Possível	628	600	628	600
Total risco provável						2.554	2.433
Total risco possível						2.554	2.433
Total geral						2.554	2.433

Nota (1) Multa de mora - Discute diferença de recolhimento imposta por cálculo de multa de mora sobre recolhimento efetuado sob alcance de liminares que suspendiam a exigibilidade de PIS/COFINS, aguarda julgamento de Apelação da União. A probabilidade de perda da ação é classificada como possível. **Nota (2) Contribuição previdenciária** - Discute débitos recolhidos no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/2009, exigidos em decorrência de erro no preenchimento de obrigações acessórias. Probabilidade de perda classificada como possível. **CSLL** - Discute a majoração da alíquota da CSLL de 15% para 20% - Lei 13.169/2015, aplicável ao período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, mantendo o recolhimento nos termos da legislação vigente. Aguarda julgamento de Apelação. A probabilidade de perda é classificada como possível.

b) Movimentação

	2018		2017	
	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis
Saldo inicial	1.712	24.575	26.287	26.287
Constituições/reversões	1.942	2.436	4.378	4.378
Atualização monetária	168	3.371	3.539	3.539
Pagamentos	(967)	(4.726)	(5.693)	(5.693)
Saldo final	2.855	25.656	28.511	28.511

	2018		2017	
	Trabalhistas	Cíveis	Trabalhistas	Cíveis
Saldo inicial	1.903	13.284	15.187	15.187
Constituições/reversões	538	11.935	12.473	12.473
Atualização monetária	205	1.782	1.987	1.987
Baixas	(934)	(2.426)	(3.360)	(3.360)
Saldo final	1.712	24.575	26.287	26.287

c) Composição das ações judiciais de natureza fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda

	2018		2017	
	Quantidade	Valor da causa	Quantidade	Valor da causa
Fiscais	8	47.939	8	41.033
Possível	8	47.939	8	41.033
Trabalhistas	25	85.689	26	73.724
Provável	16	13.981	2.855	8.503
Possível	9	71.708	13	62.683
Cíveis	4.127	448.943	3.835	319.317
Provável	1.798	154.601	1.896	123.869
Possível	3	161	4	370
Remota	2.326	294.181	1.935	195.078
Total	4.160	582.571	3.869	434.074

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 415.166 (R\$ 439.766 em 2017), e está representado por 38.245.074 ações ordinárias, sem valor nominal (38.245.074 ações em 2017). Em 15 de setembro de 2017, foi deliberada, em Assembleia Geral Extraordinária, a redução de capital da Seguradora no montante de R\$ 24.600. Em 02 de janeiro de 2018, foi aprovada a redução de capital pela SUSEP através da Portaria nº 703 publicada no Diário Oficial da União. **b) Dividendos e remunerações aos acionistas:** Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos que excede o mínimo obrigatório só é deduzida do patrimônio líquido quando efetivamente paga ou quando sua distribuição é aprovada pela diretoria, o que ocorrer primeiro. Para fins de distribuição de juros sobre o capital próprio, deverá ser observado o limite de 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício, bem como sua dedução do valor do dividendo mínimo obrigatório. Foi deliberada na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de dezembro de 2015, a aprovação de distribuição mensal de dividendos ou o pagamento de juros sobre capital próprio, pelos Administradores, respeitando o limite de disponibilidade de recursos, sem comprometimento da solvência da Seguradora.

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	47.496	34.993
Constituição da reserva legal (5%)	2.375	1.749
Lucro líquido ajustado	45.121	33.244
Dividendos pagos relativos ao lucro do exercício	42.107	8.400
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	-	9.781
Dividendos pagos relativos a lucros de anos anteriores	15.063	34.219
Total de dividendos distribuídos	57.170	52.400
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado	127%	158%

Quantidade de ações:
Ações ordinárias 38.245.074 38.245.074
Dividendos distribuídos por ação:
Ações ordinárias 1,49 1,37

c) Reserva legal: Constituída ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para o aumento de capital social. **d) Reserva de investimentos:** Criada com objetivo de prover fundos que garantam o nível de capitalização da Seguradora, entre outros. Será constituída por parcela do lucro líquido remanescente após as deduções estabelecidas no estatuto social, por proposta aos acionistas em Assembleia Geral. **e) Ajuste de títulos e valores mobiliários:** Compreende o ajuste a valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários.

23. DETALHAMENTO DE CONTAS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

a) Principais ramos de atuação

Ramos de atuação	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Comercialização	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Vida em grupo	652.754	533.306	63,99%	65,10%	20,74%	23,54%
Pessoas individual	94.761	102.475	18,73%	23,30%	0,17%	(0,17)%
Acidentes pessoais coletivo	81.399	82.275	42,09%	36,06%	27,36%	17,85%
DPVAT	28.595	36.761	80,99%	84,52%	1,20%	1,19%
Demais ramos	3.016	4.989	38,63%	(6,57)%	15,21%	7,73%
Total	860.525	759.806	57,41%	56,79%	18,43%	18,54%

b) Prêmios emitidos

	2018	2017
Prêmios diretos	1.048.914	998.839
Prêmios de cosseguros aceitos	5.117	4.622
Prêmios de cosseguros cedidos	(219.626)	(280.052)
Restituição de prêmio	(69)	(20)
Repasso DPVAT	28.587	36.931
Total	(494.041)	(431.459)

c) Sinistros ocorridos

	2018	2017
Sinistros	(445.125)	(384.917)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(8.930)	(17.865)
Varição da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(9.866)	(8.139)
Serviço de assistência	(11.067)	(5.983)
Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNeR	5.213	6.380
Ressarcimentos	4	143
Consórcio DPVAT	(24.270)	(21.078)
Total	(162.111)	(140.900)

d) Custo de aquisição

	2018	2017
Comissões	(105.281)	(95.401)

	2018	2017
Recuperação de comissões	17.481	24.953
Outros custos de aquisição	(70.870)	(70.396)
Varição dos custos de aquisição diferidos	(3.441)	(56)
e) Outras receitas e despesas operacionais	(31.073)	(73.285)
Contingências cíveis	(2.436)	(11.935)
Despesas com cobrança	(8.600)	(9.326)
Redução ao valor recuperável - RVR	(11.386)	(9.283)
Apólices e contratos	(6.988)	(6.775)
Receitas/despesas com DPVAT	763	(3.479)
Lucros atribuídos	924	(618)
Outras receitas/despesas	(1.375)	(6.595)
Operações intragrupo	(1.975)	(25.274)
f) Resultado com operações de resseguro	(2.283)	(11.612)
Recursos com resseguro	4.692	(7.217)
Recuperação de indenização - direto	3.956	(7.217)
Varição das provisões de resseguro	736	-
Despesas com resseguro	(6.975)	(4.395)
Prêmio de resseguro - direto	(6.613)	(5.559)
PPNG não proporcional	61	-
Outros resultados com resseguro	(423)	1.164
g) Despesas administrativas	(95.148)	(77.474)
Pessoal próprio	(46.839)	(37.189)
Serviços de terceiros	(23.821)	(18.174)
Localização e funcionamento	(15.597)	(16.073)
Publicidade e propaganda	(2.459)	(1.801)
Convênio DPVAT	(2.955)	(2.459)
Outras despesas administrativas	(3.477)	(1.780)
h) Despesas com tributos	(18.902)	(10.392)
COFINS	(15.908)	(14.947)
COFINS - Crédito tributário	1.055	7.299
PIS	(2.585)	(2.429)
PIS - Crédito tributário	171	1.186
Taxa de fiscalização	(1.278)	(956)
Outras despesas com tributos	(357)	(545)
i) Resultado financeiro	30.149	63.829
Receitas financeiras	57.389	85.034
Juros sobre ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado	39.789	55.785
Juros sobre ativos financeiros disponíveis para venda	11.346	25.655
Juros sobre ativos financeiros mantidos até o vencimento	-	5
Rendimentos equivalentes de caixa	39	250
Operações de seguros	238	292
Tributos	625	536
Outras receitas financeiras	5.352	2.511
Despesas financeiras	(27.240)	(21.205)
Operações de seguros - DPVAT	(6.865)	(10.239)
Atualização monetária das provisões de sinistros a liquidar	(14.559)	(5.588)
Atualização monetária dos provisões judiciais	(3.539)	(1.987)
Taxa de administração	(2.239)	(2.851)
Encargos sobre tributos	(1)	(3)
Outras despesas financeiras	(37)	(537)

j) Determinação se um contrato contém um arrendamento: O GRUPO MAPFRE por meio das suas entidades legais (Brasilveículos Companhia de Seguros, MAPFRE Vida S.A. e MAPFRE Seguros Gerais S.A.) mantem firmados Instrumentos Particulares de Contratos de Locação Atípica de Imóveis não Residenciais e Outras Avenças, as locações de: • Edifício Torre Alfa: 14 pavimentos e mezanino da ALA A, o qual passou a ser a partir do exercício de 2016 a Sede do GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE. O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 19 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em agosto de 2015, sendo seu aluguel inicial de R\$ 32.372 anual, corrigido da data do contrato até início do prazo locatício pela variação acumulada do INCC-M/FGV, e posteriormente pela variação acumulada do IGP-M/FGV. Tendo em vista a consumação da reestruturação da parceria, celebrada em 26 de junho de 2018 entre BB Seguros S.A., Banco do Brasil S.A. e GRUPO MAPFRE, o contrato de locação atípica inicial foi segregado ficando o GRUPO MAPFRE com 40,03% da área locada e por consequência as obrigações com a remuneração da locatária. • Call Center localizado na cidade de São Carlos: O contrato de aluguel foi estabelecido por um prazo de 10 anos a partir da data do início do prazo locatício que se deu em dezembro de 2011, sendo seu aluguel inicial de R\$ 250 mensais, corrigido pela variação acumulada do IPCA. Tendo em vista a consumação da reestruturação da parceria, celebrada em 26 de junho de 2018, entre BB Seguros S.A., Banco do Brasil S.A. e GRUPO MAPFRE, fica o contrato de aluguel destinado exclusivamente para centralizar as operações de atendimentos do GRUPO MAPFRE. • Call Center localizado na cidade de Franca: Tendo em vista a consumação da reestruturação da parceria, celebrada em 26 de junho de 2018, entre BB Seguros S.A., Banco do Brasil S.A. e GRUPO MAPFRE, fica o contrato de aluguel destinado exclusivamente para centralizar as operações de atendimentos da Brasilseg. O GRUPO MAPFRE avaliou os preceitos do CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e concluiu que os arrendamentos são operacionais. Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos e seus respectivos valores presentes, bem como as despesas incorridas durante o exercício, estão demonstrados a seguir::

Seguradora	Pagamentos até 1 ano		Pagamentos de 1 a 5 anos		Pagamentos acima de 5 anos		Total de pagamentos		Despesas de arrendamento
	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	Valor presente	Valor futuro	
Arrendamento	1.938	2.011	7.441	8.896	7.232	25.935	16.611	36.842	3.014
Edifício Torre Alfa									
Call Center - São Carlos	316	424	1.083	1.623	-	-	1.399	2.047	407
Total	2.254	2.435	8.524	10.519	7.232	25.935	18.010	38.889	3.421
GRUPO MAPFRE	23.620	25.515	89.347	110.259	75.808	271.857	188.775	407.631	34.615
Arrendamento	20.312	21.075	77.993	93.248	75.808	271.857	174.113	386.180	30.345
Edifício Torre Alfa									
Call Center - São Carlos	3.308	4.440	11.354	17.011	-	-	14.662	21.451	4.271
Total	23.620	25.515	89.347	110.259	75.808	271.857	188.775	407.631	34.615

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesas de imposto de renda e contribuição social:

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos impostos e após participações	90.065	90.065	82.529	82.529
Imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 20%	(22.492)	(18.013)	(20.608)	(16.506)
Diferenças temporárias	(2.894)	(2.315)	(4.829)	(3.863)
Diferenças permanentes	(517)	(158)	(53)	(29)
Prejuízo fiscal e base negativa	7.778	6.146	4.504	3.599
Juros sobre o capital próprio	-	-	3.900	3.120
Amortização de ágio	-	-	6.601	5.281
Deduções incentivadas	1.073	-	345	-
Imposto de renda e contribuição social corrent				

—☆ continuação

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Compensação do crédito tributário (*)					
	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Resultado	-	131.650	240.560	265.177	284.173	312.892
Compensação (30% do lucro)	-	(39.495)	(72.168)	(79.553)	(85.252)	(62.402)
Alíquota de IRPJ e CSLL	-	40%	40%	40%	40%	40%
Compensação do crédito tributário						
IRPJ	84.592	(9.874)	(18.042)	(19.888)	(21.313)	(15.601)
CSLL	50.956	(5.924)	(10.825)	(11.933)	(12.788)	(9.360)
Crédito tributário	-	(15.798)	(28.867)	(31.821)	(34.101)	(24.961)
Saldo a compensar	135.548	119.750	90.883	59.062	24.961	-

(*) Inclui estratégia de reorganização dos negócios no ano de 2020, com a transferência da carteira de Vida e Afinidades da MAPFRE Seguros Gerais S.A. como estratégia de readequação do modelo operacional dos

negócios das empresas e aceleração da compensação do crédito tributário.

25. PLANOS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

A Seguradora proporciona plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições totalizaram R\$ 204 (R\$ 233 em 2017).

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração define como partes relacionadas à Seguradora, empresas que compõem o GRUPO MAPFRE, o Banco do Brasil S.A. e empresas a ele ligadas, seus Administradores, Conselheiros e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas. Por meio dos procedimentos de captura de tais transações apresentamos os movimentos relacionados.

Apresentamos as principais operações com partes relacionadas:

	2018	2017
Ativo circulante		
Bancos	88	38
Banco do Brasil S.A.	88	38
Operações com resseguradoras	5.156	10.899
IRB Brasil Resseguros S.A. (5)	292	7.420
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. (5)	2.098	722
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. (5)	2.766	2.757
Títulos e créditos a receber - Compartilhamento	-	1.444
Aliança do Brasil Seguros S.A. (1)	-	6
Brasilveículos Companhia de Seguros (1)	-	106
Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A. (1)	-	1.332
Títulos e créditos a receber - Outros	1.784	1.170
Banco do Brasil S.A.	1	-
Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A. (1)	907	-
MAPFRE Capitalização S.A. (4)	876	1.170
Ativos de Resseguro e Retrocessão	61	-
IRB Brasil Resseguros S.A. (5)	15	-
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. (5)	46	-
Total do ativo	7.089	13.551
Passivo circulante		
Obrigações a pagar - Compartilhamento	10.395	2.075
Brasilveículos Companhia de Seguros (1)	665	-
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)	9.730	2.075
Obrigações a pagar - Outras	7	552
MAPFRE Capitalização S.A.	-	552
Protenseg Corretora de Seguros Ltda.	7	-
Operações com resseguradoras	4.813	5.543
IRB Brasil Resseguros S.A. (5)	-	911
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. (5)	2.783	1.687
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. (5)	2.030	2.945
Total do passivo	15.215	8.170

(1) Refere-se ao rateio de despesas administrativas e comerciais compartilhadas que é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada Seguradora, sobre o total de despesas incorridas por elas sob o comando da MAPFRE Participações S.A., no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na convenção do GRUPO MAPFRE. (2) Refere-se a serviços de assistência 24h. (3) Refere-se a despesas de comercialização dos produtos. (4) Refere-se a compra de títulos de capitalização que são oferecidos em incentivo na venda de seguros. (5) Refere-se a direitos e obrigações da operação de resseguro, cessão parcial ou total do risco assumido à Resseguradoras. Os valores são calculados de acordo as disposições contratuais previamente definidas.

	2018	2017
Resultado	(1.353)	(7.683)
Sinistros ocorridos	(1.353)	(7.598)
MAPFRE Assistência Ltda. (2)	-	(85)
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos	-	(85)
Outras receitas e despesas operacionais - Compartilhamento	(1.718)	(1.463)
Aliança do Brasil Seguros S.A. (1)	(7)	(3)
Brasilveículos Companhia de Seguros (1)	(1)	1
Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A. (1)	(28)	(25)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)	(1.682)	(1.436)
Outras receitas e despesas operacionais	(6.129)	(31.162)
BB Administradora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	2	(10)
IRB Brasil Resseguros S.A. (5)	202	(1.438)
MAPFRE Assistência Ltda. (2)	-	(3)
MAPFRE Capitalização S.A. (4)	(3.453)	(2.783)
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. (5)	(1.725)	(236)
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. (5)	815	(1.204)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)	(1.975)	(25.274)
Prevsau de Produtos e de Benef. de Farmácia Ltda.	5	(29)
Vera Cruz Consultoria Técnica e Administração de Fundos Ltda.	-	(185)
Resultado com operações de resseguro	(258)	(877)
Receita com resseguro	3.955	4.682
IRB Brasil Resseguros S.A. (5)	(164)	-
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. (5)	2.286	2.679
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. (5)	1.833	2.003
Despesa com resseguro	(4.213)	(5.559)
IRB Brasil Resseguros S.A. (5)	(485)	(1.647)
MAPFRE RE Companhia de Resseguros S.A. (5)	(2.387)	(1.982)
MAPFRE RE do Brasil Companhia de Resseguros S.A. (5)	(1.341)	(1.930)
Despesas administrativas - Compartilhamento	(77.658)	(66.884)
Aliança do Brasil Seguros S.A. (1)	(1.295)	(1.821)
Brasilveículos Companhia de Seguros (1)	(3.958)	(4.605)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A. (1)	(18.480)	(19.125)
MAPFRE Seguros Gerais S.A. (1)	(53.925)	(41.333)
Despesas administrativas	(953)	(3.572)
Companhia de Seguros Aliança do Brasil S.A.	-	(27)
MAPFRE Saúde Ltda.	(727)	(3.312)
MAPFRE Previdência S.A.	(204)	(233)
MAPFRE Seguros Gerais S.A.	(22)	-
Despesas financeiras - Taxa administrativa	(2.341)	(2.667)
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BB DTVM	(2.341)	(2.667)
Total do resultado	(90.410)	(114.308)

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração: É contabilizada na rubrica "Despesas administrativas" a remuneração paga aos Administradores, que compreende benefícios de curto prazo. Não é concedido qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações. Os benefícios de curto prazo providos aos administradores foram de R\$ 1.068 (R\$ 1.377 em 2017).

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria está instituído na empresa líder MAPFRE Participações S.A., nos termos da Resolução CNSP nº 321/2015, tendo alcance sobre a Seguradora.

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da

MAPFRE Vida S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da MAPFRE Vida S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e

dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da MAPFRE Vida S.A..

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção acima referidos da MAPFRE Vida S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos de Sinistros e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes, tendo sido definido pela Companhia um plano de ação para a regularização desta situação. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.

KPMG

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.

CNPJ: 02.668.801/0001-55

CIBA 48

Joel Garcia

Atuário MIBA 1131

Anexo I

MAPFRE Vida S.A.

(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	2018
Total de provisões técnicas	706.413
Total de provisões técnicas auditadas(*)	599.241
Total de ativos de resseguro	4.522
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	3.993
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas(*)	
Provisões técnicas auditadas (a)	599.241
Valores redutores auditados (b)	4.461
Total a ser coberto (a-b)	594.780
(*) De acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a auditoria atuarial do DPVAT é responsabilidade da seguradora administradora dos consórcios	
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	186.385
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	186.385
4. Demonstrativo da solvência	
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	268.278
Exigência de Capital (CMR) (b)	186.385
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	81.893
Ativos garantidores (d)	753.521
Total a ser coberto (e)	594.780
Suficiência / (Insuficiência) dos ativos garantidores (f = d - e)	158.741
Ativos líquidos (g)	158.741
Capital de Risco (CR) (h)	186.385
Índice de liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	85%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	
0929	25
0969, 0984, 1391	1.413
0990	1.500
1381	1.595
0977, 0982	1.993
0980	2.392
0993	2.791

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

MAPFRE Vida S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MAPFRE Vida S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MAPFRE Vida S.A. em 31 de dezembro de

2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a

evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com

continua -☆

☆ continuação

MAPFRE Vida S.A. - CNPJ 54.484.753/0001-49

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de

segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou

condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2019.



KPMG Auditores Independentes Fernando Antônio Rodrigues Alfredo
CRC 2SP014428/O-6 Contador CRC 1SP252419/O-0

DIRETORIA	Luis Gutierrez Mateo Diretor Presidente	Agustin David Bello Conde Valdes Francisco Eugênio Labourt	Mauricio Galian Raphael de Luca Júnior
CONTADORA	Daniele Gomes Yoshida - CRC 1SP 255783/O-1	ATUÁRIA	Vera Lúcia Fernandes Lopes - MIBA 817

VALE DO PARANÁ S/A - ÁLCOOL E AÇÚCAR

CNPJ/MF nº 05.938.884/0001-43

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31/12/2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Balço patrimonial		2018	2017	Balço patrimonial		2018	2017	Demonstração dos fluxos de caixa		2018	2017	
Ativo				Passivo				Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Circulante		139.429	141.775	Circulante		152.449	301.479	Prejuízo do exercício		(53.117)	(9.220)	
Caixa e equivalentes de caixa		23.480	18.886	Empréstimos e financiamentos		115.959	246.699	Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:				
Instrumentos financeiros derivativos		1.677	-	Instrumentos financeiros derivativos		572	-	Provisão para perdas nos estoques		54	593	
Contas a receber		8.012	8.169	Fornecedores de materiais e serviços		9.392	18.710	Depreciação e amortização		74.530	73.006	
Estoques		49.284	53.801	Fornecedores de cana-de-açúcar		2.825	1.939	Varição do valor justo de ativos biológicos		3.386	13.468	
Ativo biológico		43.988	41.864	Salários e férias a pagar		7.868	10.436	Colheita de ativos biológicos		45.092	35.433	
Impostos a recuperar		3.070	6.557	Impostos a recolher		2.680	3.964	Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangível		6.442	870	
Adiantamento a fornecedores		9.464	10.255	Partes relacionadas		10.600	9.050	Resultado na venda de participação em joint venture		(354)	-	
Outros créditos		454	2.243	Outras obrigações		2.553	10.681	Varição cambial não realizada		57.343	8.329	
Não circulante		416.412	409.555	Não circulante		271.958	69.687	Juros de empréstimos e financiamento		24.121	23.262	
Adiantamento a fornecedores		1.014	-	Empréstimos e financiamentos		266.000	62.687	Outros Resultados Abrangentes		4.381	-	
Impostos a recuperar		2.838	4.337	Provisão para contingências		5.958	6.994	Provisão para contingências		1.315	2.943	
Depósitos em garantia		8.058	-	Patrimônio líquido		131.434	180.170	Resultado de equivalência patrimonial		43	-	
Imposto de renda e contribuição social diferidos		37.308	37.297	Capital social		478.868	478.868	Imposto de renda e contribuição social diferidos		(11)	(2.787)	
Depósitos judiciais		2.310	2.793	Reservas de capital		671	671			163.225	145.897	
Investimentos		21.654	-	Outros resultados abrangentes		4.381	-	Variações nos ativos e passivos:				
Imobilizado		337.711	362.627	Prejuízos acumulados		(352.486)	(299.369)	Instrumentos financeiros derivativos		(1.105)	-	
Intangível		5.519	2.501					Contas a receber		157	(3.470)	
Total do ativo		555.841	551.330	Total do passivo e patrimônio líquido		555.841	551.330	Estoques		4.463	(18.174)	
Demonstração do resultado		2018	2017	Demonstração do resultado		2018	2017	Adiantamentos a fornecedores		(223)	1.272	
Receita operacional líquida		288.932	259.264	Lucro antes do resultado financeiro		33.652	21.385	Impostos a recuperar		4.986	(5.038)	
Custo dos produtos vendidos		(218.031)	(188.596)	Despesas financeiras		(30.968)	(25.809)	Outros créditos		1.788	(1.611)	
Valor justo do ativo biológico		(3.386)	(13.468)	Receitas financeiras		970	1.405	Depósito judicial		483	(855)	
Lucro bruto		67.515	57.200	Varição cambial, líquida		(56.782)	(8.329)	Depósito em garantia		(8.058)	-	
Receitas (despesas) operacionais		(14.513)	(15.785)	Prejuízo antes do IR e da CS		(86.780)	(32.733)	Fornecedores		(8.432)	3.198	
Despesas com vendas		(17.211)	(16.981)	Imposto de renda e contribuição social correntes		(53.128)	(11.348)	Outras obrigações		(11.979)	12.611	
Administrativas e gerais		(2.096)	(3.049)	Imposto de renda e contribuição social diferidos		11	2.787	Pagamento de juros sobre empréstimos/financiamentos		(23.790)	(23.613)	
Outras despesas operacionais, líquidas		(43)	-	Prejuízo do exercício		(53.117)	(9.220)	Pagamento de contingências		(2.351)	(1.374)	
Resultado da equivalência patrimonial		(33.863)	(35.815)					Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados pelas atividades operacionais		119.164	108.843	
Demonstração das mutações do patrimônio líquido		Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Capital social	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	Fluxos caixa atividades investimentos			
Saldos em 31 de dezembro de 2016		480.242	(1.374)	478.868	671	-	(290.149)	189.390	Ativos biológicos		(50.602)	(42.076)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(9.220)	(9.220)	Investimentos		(4.798)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		480.242	(1.374)	478.868	671	-	(299.369)	180.170	Venda de participação em joint venture		11.620	-
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(53.117)	(53.117)	Aquisição de imobilizado e intangível		(87.240)	(93.413)
Resultado com instrumentos financeiros		-	-	-	-	4.381	-	4.381	Caixa/equivalentes caixa líquido utilizados nas atividades de investimentos		(131.020)	(135.489)
Saldos em 31 de dezembro de 2018		480.242	(1.374)	478.868	671	4.381	(352.486)	131.434	Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Demonstração do resultado abrangente		2018	2017	Diretoria								
Prejuízo do exercício		(53.117)	(9.220)	Alberto José Otoyá Dussan								
Resultado com instrumentos financeiros designados como Hedge Accounting		4.381	-	Vicente Estuardo Esquit Donis								
Resultado abrangente do exercício		(48.736)	(9.220)	Contador								
				William Gustavo de Oliveira								
				CRC 1SP 273366/O-7								
As demonstrações financeiras na íntegra estão sendo publicadas na edição do dia 28/02/2019 no jornal Folha da Região de Araçatuba												

RB Capital Companhia de Securitização

Companhia Aberta-CNPJ/MF 02.773.542/0001-22 - NIRE 35.300.157.648

Edital de Convocação - Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 13ª Série da 1ª Emissão da RB Capital Companhia de Securitização

RB Capital Companhia de Securitização ("Emissora") e Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário"), na qualidade, respectivamente, de emissora e agente fiduciário dos representantes dos titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 13ª Série da 1ª Emissão da Emissora ("CRA"), pelo presente edital de convocação, em atendimento às disposições da Cláusula 14ª do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, firmado em 04/04/2018 ("Termo de Securitização"), em atenção à solicitação enviada pela Transportadora Floresta do Araguaia Ltda. ("Devedora") à Emissora datada de 19/02/2019, colocada à disposição dos Titulares dos CRA por meio da Proposta da Emissora, convocam todos os Titulares de CRA a se reunirem em Assembleia Geral de Titulares de CRA, que será realizada, em 1ª convocação, no dia 13/03/2019, às 14 horas, na sede da Emissora, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 11º andar, parte, São Paulo/SP, para deliberação sobre os seguintes pontos: (i) redução da Razão de Garantia de 1,5 para 1,2 a partir de março/2019 até fevereiro/2020; (ii) redução da Razão de Garantia de 1,5 para 1,3 a partir de março/2020 até fevereiro/2021. Em contrapartida, a Devedora autoriza a Emissora a reter o valor mensal, que atualmente é devolvido após o pagamento da parcela da CPR Financeira, até que o Fundo de Reserva, o qual na presente data equivale a 1 parcela da CPR Financeira, acumule o equivalente a 4 parcelas da CPR Financeira. Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à ordem do dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados aos Titulares de CRA, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. Poderão tomar parte na Assembleia: a) os Titulares de CRA, mediante exibição de documento hábil de sua identidade e comprovação de que são titulares dos CRA; e b) os procuradores dos Titulares de CRA, com poderes específicos para representação na Assembleia, e demais representantes legais, mediante comprovação da legitimidade da representação exercida. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Os Titulares dos CRA que se fizerem representar por procuração, deverão entregar o instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral de Titulares dos CRA, nas instalações do Agente Fiduciário, na Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, ala B, Salas 302, 303 e 304, Rio de Janeiro/RJ, com, pelo menos, 24 horas de antecedência da referida assembleia e também por meio do endereço eletrônico assembleias@pentagontrustee.com.br. São Paulo, 25/02/2019. **RB Capital Companhia de Securitização, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Arena 11 Incorporações SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 13.939.550/0001-12 - NIRE 35.224.955.151

Extrato da 11ª Alteração do Contrato Social

Pelo presente instrumento: **BV Empreendimentos e Participações S.A.**, sede em São Paulo/SP, Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 18º andar, parte, Vila Gertrudes, CNPJ/MF nº 08.959.996/0001-79, JUCESP NIRE 35.300.386.329, representada por seus diretores, **José Roberto Salvini**, brasileiro, casado, advogado, RG nº 19.277.003-2 SSP/SP e CPF/MF nº 129.538.808-10, e **Marcelo Andrade Clara**, brasileiro, casado, tecnólogo em processamento de dados, RG nº 18.296.014-6 SSP/SP e CPF/MF nº 144.033.288-65, ambos domiciliados em São Paulo/SP; e **Henri Dunant Empreendimento Imobiliário S.A.**, sede em São Paulo/SP, CNPJ/MF nº 19.014.192/0001-13, JUCESP NIRE 35.300.460.804, representada por seus diretores, **Rodrigo Tremante**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG nº 23.409.242-7 SSP/SP, CPF/MF nº 248.761.428-58, endereço comercial em São Paulo/SP, e **José Roberto Salvini**; únicos sócios, resolvem firmar a presente 11ª Alteração do Contrato Social, que será regida pelas seguintes cláusulas e condições: 1. reduzir o capital social, por considerá-lo excessivo em relação ao objeto da Sociedade, de R\$42.378.144,00 para R\$22.378.144,00, uma redução de R\$20.000.000,00, com o cancelamento, após o decurso do prazo legal, de 2.000.000.000 de quotas, com valor nominal e unitário de R\$0,01, mediante a restituição aos acionistas, na proporção de sua participação e em moeda corrente nacional, dos seguintes valores: **BV Empreendimentos e Participações S.A.**: 1.999.999.999 quotas canceladas; valor a ser restituído R\$19.999.999,99; **Henri Dunant Empreendimento Imobiliário S.A.**: 1 quota cancelada; valor a ser restituído R\$0,01; 1.1. A redução de capital somente se tornará efetiva, e o pagamento da restituição aos sócios, após o decurso do prazo de 90 dias contados da data da publicação do presente ato societário. Transcorrido referido prazo, será o presente instrumento levado a registro na JUCESP. 1.2. A restituição, aos sócios, dos valores referentes à redução de capital ocorrerá conforme disponibilidade de caixa. 2. Alterar a Cláusula 4ª do Contrato Social: **Cláusula 4ª - Capital Social: O Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$22.378.144,00, dividido em 2.237.814.400 quotas, com valor nominal e unitário de R\$0,01, assim distribuídas: Quotista: Quotas; Valor em R\$; BV Empreendimentos e Participações S.A.: 2.237.814.399; R\$22.378.143,99. Henri Dunant Empreendimento Imobiliário S.A.: 1; R\$0,01. Total: 2.237.814.400; R\$22.378.144,00. 3. Os demais dispositivos do Contrato Social não alterados pelo presente instrumento permanecem inalterados e em pleno vigor. E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente instrumento. São Paulo/SP, 20/02/2019. **BV Empreendimentos e Participações S.A.**, José Roberto Salvini e Marcelo Andrade Clara - Diretores. **Henri Dunant Empreendimento Imobiliário S.A.**, Rodrigo Tremante e José Roberto Salvini - Diretores.**

RB Capital Companhia de Securitização

Companhia Aberta - CNPJ/MF 02.773.542/0001-22 - NIRE 35.300.157.648

Edital de Convocação

RB Capital Companhia de Securitização ("Emissora") e Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Agente Fiduciário"), na qualidade, respectivamente, de emissora e agente fiduciário dos Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI") da 171ª série da 1ª emissão de CRI da Emissora ("Emissão"), nos termos do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários firmado em 19/12/2017 ("Termo de Securitização"), convocam todos os titulares de CRI a se reunirem em **Assembleia Geral de Titulares dos CRI, que será realizada, em 2ª convocação, no dia 22/03/2019, às 14 horas ("Assembleia")**, na sede da Emissora, Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.440, 11º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, São Paulo/SP, a fim de deliberar sobre as matérias abaixo: (i) tendo em vista o disposto na Cláusula 6.1, item (iv) da Escritura de Emissão de Debêntures e Cláusula 7.1 do Termo de Securitização, submeter para aprovação a anuência prévia e, portanto, renúncia ao direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures e, consequentemente, o resgate antecipado dos CRI, para implementação de operação societária que, caso implementada, resultará na mudança do controle indireto da Devedora; e (ii) a autorização para a Emissora e o Agente Fiduciário praticarem todos os atos necessários para a efetivação do item "i", caso aprovado. Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à ordem do dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados aos Titulares de CRI, para suporte às discussões e deliberações acima descritas, sendo que a notificação enviada pela Devedora, datada de 28/01/2019, com a solicitação de convocação desta Assembleia, se encontra disponível na sede da Emissora, do Agente Fiduciário e também nos respectivos websites da Emissora e da Comissão de Valores Mobiliários. Poderão tomar parte na Assembleia: a) os Titulares de CRI, mediante exibição de documento hábil de sua identidade e comprovação de que são titulares dos CRI; e b) os procuradores dos Titulares de CRI, com poderes específicos para representação na Assembleia, e demais representantes legais, mediante comprovação da legitimidade da representação exercida. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. Os representantes legais dos Titulares dos CRI que se fizerem representar por procuração, deverão entregar com, pelo menos, 24 horas de antecedência da referida assembleia (a) o instrumento de mandato, com poderes específicos para representação na Assembleia Geral de Titulares dos CRI, nas instalações do Agente Fiduciário, situadas na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2277, conjunto 202, CEP 01452-000, São Paulo/SP ou (b) a cópia digitalizada do instrumento de mandato por meio do endereço eletrônico agente@vortex.com.br. São Paulo, 26 de fevereiro de 2019. **RB Capital Companhia de Securitização - Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**

